



FOTOS CLAUDIO NEVES/ PORTOS DO PARANÁ

## Falha de comunicação é desafio entre portos

Um dos desafios identificados no 1º Encontro COP Portos, em Paranaguá, é a falta de comunicação entre os portos brasileiros, ou seja, uma sinergia para o avanço da agenda sustentável.

“Há muitas iniciativas que estão sendo propostas pelo Governo Federal, mas também tantas outras que estão sendo executadas pelos portos do Brasil. Somos um país com dimensões continentais e a gente percebe que a informação chega muitas vezes distorcida lá na ponta. Nem todos os portos têm conhecimento”, afirmou o consultor para assuntos portuários do Grupo Tribuna, Maxwell Rodrigues.

Rodrigues observou que a sustentabilidade está dentro desse contexto. “Cuidar do meio ambiente não é somente olhar para a questão ambiental, mas para a economia, o social e a governança. E a gente precisa ter a convicção de que todos eles serão aten-

### GARGALO

“Somos um país com dimensões continentais, e a gente percebe que a informação chega muitas vezes distorcida lá na ponta. Nem todos os portos têm conhecimento”

**Maxwell Rodrigues**  
Consultor para assuntos portuários do Grupo Tribuna

didos. Não dá, por exemplo, para ter políticas que obriguem a transição energética sem que haja a sustentabilidade econômica”.

Segundo ele, o desafio da comissão é grande, “porque o arcabouço legal não conversa com as iniciativas que precisam ser realizadas. Então, a proposta é trazer para a COP essa percepção desse universo muito míope que todos acabam enfrentando”, declarou.

Por fim, o consultor disse que a “iniciativa do Grupo Tribuna será um legado que nós vamos deixar ao mundo e ao meio ambiente”. (BF)



Para Rodrigues, o arcabouço legal não conversa com as iniciativas

além de ações coletivas para a descarbonização e os impactos nas áreas portuária e aquaviária do País

ampliado, que mede emissões de navios. O Porto de Paranaguá, por exemplo, tem um plano de metas de descarbonização. Ou seja, um modelo evolutivo até para servir de benchmark (modelo) para os portos que estão atrás no processo”.

A diretora-executiva da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph), Gilmara Temóteo, observou que “é perceptível o avanço do setor privado, a possibilidade de realizar investimentos numa velocidade bem diferenciada do que a gente vê no setor público”.

“A Abeph tem realizado reuniões com autoridades portuárias e tem visto essa discrepância no setor, mas com intuito positivo de poder realizar boas ações e boas práticas para que haja um nivelamento e a gente possa atender essas metas de sustentabilidade”, complementou.

Participando on-line, o presidente da Associação Americana de Autoridades Portuárias (AAPA Latam), Juan Duarte, afir-

### COMISSÃO

O evento é liderado pelo Grupo Tribuna e conta com a participação de autoridades portuárias e representantes de entidades como a Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph), Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Associação Americana de Autoridades Portuárias (AAPA Latam), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), por meio da Secretaria Nacional de Portos (SNP).

mou que “necessitamos que os portos lancem soluções autossustentáveis alternativas”.

A superintendente de ESG e Inovação da Antaq, Cristina Castro, também participou por vídeo. “Que a gente consiga ver as vocações de todos os nossos portos verificando onde eles podem ser verdes”.

#### ESPECIALISTAS JURÍDICOS

O documento que será apresentado na COP 30

será preparado pelo consultor jurídico da Abeph, Fábio Silveira, e pela advogada especialista em Direito Marítimo e Empresarial Cristina Wadner.

“O desafio é prazeroso, nos exige criatividade para desenvolver esse documento. A eletrificação é um dos caminhos, mas nós temos o biocombustível e existe uma pauta já desenvolvida por armadores, que discutiram esse assunto na Abeph”, afirmou Silveira.

Cristina pontuou que o gargalo não é financeiro e sim regulatório. “O setor privado e o público têm investidores que querem colocar dinheiro, mas juridicamente não é viável. Nós temos política pública de hidrogênio, a do biocombustível, a Lei do offshore, da energia eólica, do crédito de carbono, para ser regulamentada entre o final de 2025 e 2026, mas a gente não tem regulamentação. Sem regulamentação, não se consegue fazer um contrato, porque o investidor não tem segurança jurídica”.